

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E BRDE: DUAS HISTÓRIAS ENTRELAÇADAS

Pedro Cezar Dutra Fonseca¹

A história da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FCE está estreitamente ligada à do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE. A própria criação do banco ocorreu em parte dentro desta última: a idéia que partira do Palácio Piratini, com o governador Leonel Brizola, logo encontrou campo fértil para sua difusão e implementação dentro do corpo de professores da FCE, de onde extraiu seus principais quadros. Simbolicamente ilustra este entrelaçamento o fato de o professor Pery Pinto Diniz da Silva, que há muitos anos destacava-se como diretor da Faculdade, ter sido um dos fundadores e primeiro Diretor-Presidente do BRDE, escolhido por consenso entre os governadores dos três estados sulinos.

O contexto nacional

A criação do BRDE deve ser entendida no contexto que a propiciou, e que abarca do final da década de 1950 - período em que as primeiras idéias foram gestadas -, até 1963, quando efetivamente entrou em funcionamento.

A década de 1950 representou o auge das idéias desenvolvimentistas. Amplos setores da indústria nacional já estavam implantados, e a importação dos bens de mais fácil produção, principalmente os voltados ao mercado interno, como alimentos, vestuário e

¹ PROFESSOR TITULAR DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS.

bebidas, já estava praticamente substituída. A concepção de que o Brasil era uma nação de vocação agrária e de natureza generosa, imaginário das elites tradicionais, era rapidamente substituída por uma ideologia que mesclava uma apologia à urbanização, à modernidade e à industrialização, acompanhada de toques nacionalistas, às vezes com apelos radicais. O desfecho trágico do Segundo Governo Vargas, que terminou com seu suicídio em agosto de 1954, acirrou ainda mais os ânimos, já exaltados com a campanha pela criação da PETROBRÁS e com a maior greve que o Brasil conhecera até então, a “greve dos 300 mil”, em 1953. Esta é também a fase de maior radicalidade da oposição udenista (só comparada ao pré-1964), liderada por Carlos Lacerda, que passava a pregar abertamente atitudes golpistas para impedir o que considerava o avanço do populismo e do varguismo e, num evidente exagero, do comunismo.

O governo JK representou uma continuidade com relação a Vargas no que diz respeito à prioridade com relação à industrialização acelerada, mas levou a cabo outro estilo de desenvolvimento. Em primeiro lugar, por dar ênfase à instalação de setores industriais de bens mais sofisticados, contando com o investimento maciço de capital estrangeiro, seja de empréstimo ou de risco. Findas a reconstrução européia e a Guerra da Coreia, os Estados Unidos voltaram-se à América Latina, e mesmo o capital europeu - escasso no pós-Segunda Guerra -, começou a retomar seus investimentos externos. Em segundo lugar porque, embora tendo Jango como seu vice-presidente e enfrentado séria resistência da UDN para poder assumir o cargo após ter vencido as eleições presidenciais, JK abandonou a retórica trabalhista e nacionalista de Vargas, tendo viajado ao exterior para negociar com os credores e para criar a imagem de um “novo Brasil” - mais parceiro que contendor.

O novo padrão de desenvolvimento, centrado na indústria automobilística e eletro-eletrônica, intensivo em capital e tecnologicamente avançado para a época, representou outra etapa na história da industrialização brasileira. Boa parte dos novos investimentos contou com auxílios do BNDE (hoje BNDES) - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, criado ainda no governo Vargas, no bojo da exigência norte-americana para financiar os projetos elaborados pela Comissão Mista Brasil - Estados Unidos. A experiência de criar um banco voltado exclusivamente ao fomento à indústria era considerada uma vitória das forças desenvolvimentistas (já que a agricultura continuava sendo financiada

basicamente pelo Banco do Brasil), e as expressivas taxas de crescimento verificadas pareciam coroar o acerto da iniciativa. Tratava-se, na verdade, de nova forma de simbiose entre os capitais privados e o Estado, e desta vez contando com o investimento direto do capital estrangeiro, iniciando o “tripé” que consagraria mais tarde as análises sobre o “Milagre Brasileiro”(1968-73).

Enquanto isso, no RS...

O padrão de industrialização proposto e implementado pelo Plano de Metas de JK teve, dentre outras conseqüências, o aprofundamento das desigualdades regionais. Os novos investimentos concentraram-se na atual Região Sudeste, marcadamente em São Paulo. Desta forma, os contrastes entre este estado e os da Região Sul - Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná -, ganharam uma dimensão qualitativa jamais vista: não se tratava de ter maior porcentagem do PIB estadual provindo do setor secundário, ou de este empregar mais que a agropecuária e os serviços; o fato, agora, era que a simples porcentagem não revelava o que tinha por trás da indústria paulista, em termos de tecnologia, força de atração e multiplicador de emprego e renda. As diferenças qualitativas logo começavam a vir à liça nos números, nas taxas de crescimento e nos principais agregados econômicos.

Na Faculdade de Ciências Econômicas, atual FCE/UFRGS, o debate era intenso entre professores e entre alunos. A radicalização contra os “efeitos nefastos” do Plano de Metas dividia e confundia os desenvolvimentistas. De um lado, a influência das idéias da CEPAL fazia-se sentir com força dentro do corpo docente: o grupo estruturalista, embora minoritário, contava com nomes carismáticos, como o jovem professor Cláudio Accurso, sem contar a liderança do professor Pery, de Temperani Pereira e de Sibilis da Rocha Vianna, ligados ao trabalhismo. Com a CEPAL aprendera-se a defender a forte presença do Estado na economia para, via industrialização acelerada, enfrentar a deterioração dos termos de intercâmbio e a subordinação do país na divisão internacional do trabalho. Por outro lado, esta mesma opção, pela forma com que vinha sendo implementada pelo governo federal, entendia-se que tinha por conseqüência

acentuar as defasagens regionais, acentuando a perda de posição econômica do Rio Grande do Sul no contexto econômico nacional. A melhor síntese desta interpretação aparece em *Rio Grande do Sul: um Novo Nordeste*, de Franklin de Oliveira (1960). Levando ao extremo seus argumentos, este autor afirmava que a posição gaúcha era pior que a nordestina, pois esta região nunca fora industrializada; já o Rio Grande do Sul assistia a um processo de desindustrialização, pois os produtos deste estado eram gradualmente expulsos do mercado nacional.

Em 31 de janeiro de 1959, Leonel Brizola assumiu o governo estadual. Sua campanha mostrou acentuada radicalização, com críticas ao Plano de Metas, principalmente no que tange a seu impacto negativo no Rio Grande do Sul. Mas implicitamente inspirava-se na experiência exitosa deste ao ter na apologia ao planejamento uma das principais marcas de seu discurso de candidato. Após assumir, a ênfase das propostas consistia em revitalizar aqueles setores nos quais o estado já vinha se destacando, como coureiro-calçadista, alimentos, vestuário, móveis e bebidas, mas que gradualmente perdia posição. Neste aspecto, a posição do governo trabalhista parecia mais comprometido em manter o padrão vigente, aperfeiçoando-o e modernizando o parque industrial para enfrentar a concorrência, do que propriamente dar um salto rumo ao novo padrão de industrialização que ora era implementado em São Paulo.

A atitude do governo gaúcho, a partir daí, consistiu em articular com os governadores de Santa Catarina e do Paraná uma ação conjunta. O primeiro era governado por Celso Ramos (do PSD) e o segundo por Ney Braga (do PDC). Em março de 1969, em Florianópolis, os três governadores sulinos obtiveram do então presidente Jânio Quadros o apoio necessário para criar uma autarquia interestadual - figura única na administração pública brasileira. O autorização para funcionamento do BRDE deu-se em 5 de dezembro de 1962, através do Decreto N.º 51.617, assinado pelo presidente João Goulart.

Contornados os principais problemas políticos e as resistências da burocracia federal, o principal problema do governo era encontrar quadros capazes de levar adiante uma decisão arriscada e inovadora. Estes foram encontrados na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Rio Grande do Sul.

A FCE entra em cena

A aproximação entre alguns docentes da Faculdade de Ciências Econômicas e o trabalhismo era antiga, mas a idéia de criação do BRDE aproximou ainda mais o grupo liderado pelo professor Pery Pinto Diniz de Leonel Brizola. Uma vez aprovada a idéia, a qual ajudara a configurar, o então diretor da FCE acertou com o governador que o recrutamento de pessoal seria fundamentalmente por critérios técnicos, a fim de deixá-lo à margem de uma das principais pragas do setor público brasileiro: virar “cabide de emprego”. Além do mais, sonhava-se com uma máquina enxuta, qualificada e organizada por critérios burocráticos e de mérito. Para tanto, foi tomada uma atitude radical: o único critério da ingresso no banco seria o concurso público.

O professor Pery desde 1952 era diretor da FCE e por muitos anos também se destacara como vice-reitor da Universidade, sendo homem de estrita confiança do reitor Eliseu Paglioli. Desde a gestação do BRDE participara de todas as reuniões e projetos, logo se tornando o maior entusiasta de criar um banco regional de desenvolvimento. De perfil moderado, transitava do trabalhismo aos setores mais conservadores, ganhando respeitabilidade por procurar sempre se cercar de técnicos competentes, incentivar o aprimoramento do corpo docente e apostar em jovens promissores, independentemente da filiação ideológica. Assim, ganhava apoio tanto entre jovens estudantes de esquerda quanto entre professores que se opunham ao brizolismo mas que também passavam a comungar com a idéia de criação do BRDE. Só sairia da direção da FCE em 1964, com o golpe militar.

Em sua vida de administrador universitário, o professor Pery não só se empenhara com a melhoria do nível de ensino, mas com duas atividades não comuns para a época: a pesquisa e a extensão. Foi signatário de vários convênios nacionais e internacionais para trazer professores e pesquisadores à Faculdade de Ciências Econômicas para ministrar cursos, palestras e consultorias, bem como para possibilitar a ida de estudantes e professores gaúchos para outros centros do Brasil e do exterior. Suas atitudes, forçando um paralelismo, pareciam corresponder no plano acadêmico, ao que representavam as idéias desenvolvimentistas na esfera

da política econômica. Era, sobretudo, um homem de sua época. A visão de substituir nomeações exclusivamente políticas por critérios racionais-burocráticos como forma de ingresso no setor público lhe valeu o convite de Brizola para ocupar a recém-criada pasta da Administração, a qual tinha como uma de suas tarefas a implementação do programa de governo.

A FCE dera um salto com a criação, em 1953, do IEPE, órgão voltado a desenvolver atividades de pesquisa e que logo formaria novos quadros, principalmente na área voltada à economia do setor primário, origem do Curso de Pós-Graduação em Economia Rural. Ainda na década de 1950, com verbas da Fundação Ford, iniciou o funcionamento do turno da manhã na Faculdade de Ciências Econômicas, quando os alunos recebiam bolsas de estudo com o compromisso de, à tarde, participarem de pesquisas no IEPE sob orientação de professores. Antecipavam-se, assim, os programas de bolsas de iniciação científica, mais tarde implementados por órgãos de fomento como CNPq e FAPERGS. Formou-se, nesta época, uma geração de alunos de grande destaque profissional, tanto na criação do BRDE como à frente de outros órgãos públicos e na política: Marcus Vinícius Pratini de Moraes, José Hipólito Machado de Campos, Guilherme Socias Villela, José Luis Eloy Pillotto, Haralambos Simeonidis e Mauro Knijnik. A maioria deles dedicou-se também à docência na FCE; Harambos dedicou-se exclusivamente à vida acadêmica, sendo um dos fundadores do Curso de Pós-Graduação em Economia e chefe do Departamento de Ciências Econômicas. Foi também um dos fundadores da ANPEC; seu falecimento precoce lhe valeu a homenagem desta associação de dar seu nome ao prêmio nacional de melhor tese de doutorado, livro e artigo de economia em cada ano - hoje a premiação acadêmica mais importante do país na área, ao lado do Prêmio BNDES, voltado a destacar as melhores dissertações de mestrado.

Ainda dos primeiros anos do BRDE participaram em altos cargos de direção no banco outros professores da FCE, como Jorge Babot Miranda, José Truda Palazzo e Ary Burger. Por outro lado, para efetivar as primeiras contratações no BRDE, Cláudio Accurso foi convidado a coordenar um Curso de Capacitação em Programas e Projetos Econômicos. Através deste, foram selecionados vinte dos trinta profissionais inscritos, provenientes das mais diferentes áreas.

Ao longo dos anos, a expressiva maioria dos economistas do BRDE, e principalmente de seus dirigentes gaúchos, foi composta de egressos da FCE. E também a recíproca começou ocorrer: os quadros do BRDE começaram a prestar concurso para lecionar na FCE, entrelaçando ainda mais a história das duas instituições. Assim, vários são os professores ou ex-professores da FCE que desempenham ou desempenharam funções no BRDE, ou são seus funcionários de carreira. São os casos, além dos já mencionados, de Guilherme Socias Villela, Ney Alves da Costa, José Hypólito Machado de Campos, Renato Albano Petersen, Ademar Adácio Vernier e Valmor Marchetti. É também professor da FCE o atual Diretor Carlos Henrique Horn. Desta forma, pode-se afirmar que a maior aproximação entre FCE e BRDE ocorre menos por projetos e trabalhos conjuntos entre as duas instituições e mais pelos recursos humanos que, no dia a dia, realimentam cada uma delas com seu trabalho cotidiano.

BIBLIOGRAFIA

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Da hegemonia à crise do desenvolvimento: a história do BRDE*. Porto Alegre, BRDE, 1988.

OLIVEIRA, Franklin de. *Rio Grande do Sul: um novo nordeste*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1960.

VALLE, Ruth do. *Faculdade de Ciências Econômicas: sua história, sua estrutura funcional, seus docentes, seus egressos, no ano de seu 65º aniversário*. Porto Alegre, 1974 (mimeo).